



Journal Homepage: [-www.journalijar.com](http://www.journalijar.com)

INTERNATIONAL JOURNAL OF ADVANCED RESEARCH (IJAR)

Article DOI:10.21474/IJAR01/20385

DOI URL: <http://dx.doi.org/10.21474/IJAR01/20385>



RESEARCH ARTICLE

OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DE POLICIAL MILITAR E A CRESCENTE TAXA DE SUICÍDIOS NA COORPORAÇÃO

Rafael Augusto da Silva

Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, Policial Militar do Estado do Paraná (PMPR).

Manuscript Info

Manuscript History

Received: 08 December 2024

Final Accepted: 12 January 2025

Published: February 2025

Key words:-

Challenges, Military Police, Suicides

Abstract

O presente estudo científico foi desenvolvido com foco no tema dos desafios enfrentados pela profissão de policial militar e a crescente taxa de suicídios na corporação. Justifica-se a escolha deste tema devido ao grande número de casos de suicídios entre policiais militares nos últimos anos. Esse aumento no número de suicídios se deve a diversas variáveis, incluindo o elevado nível de estresse diário a que esses profissionais são submetidos, em razão da natureza de suas operações, o risco de vida iminente, a pressão imposta pelos superiores hierárquicos, além do regime de escalas e plantões impostos pelos comandos. Observa-se que a taxa de suicídios é alarmante no quadro da corporação, abrangendo as patentes de soldado até subtenente. Dessa forma, o presente artigo foi elaborado com a metodologia exploratório-científica, de caráter bibliográfico, com o objetivo de aprofundar o estudo sobre o tema e suas vertentes. O trabalho foi embasado por autores especializados na área de segurança pública, com análise da base constitucional e consulta a artigos científicos relacionados à temática, o que possibilitou a formulação de considerações finais robustas. Essas considerações indicam que a segurança pública impõe uma grande pressão sobre seus profissionais, especialmente sobre os policiais militares, que são regidos pela doutrina militar, disciplina e hierarquia, além das rotinas de trabalho extremamente estressantes, o que contribui para o crescente número de suicídios entre os PMs.

Copyright, IJAR, 2025.. All rights reserved.

Introduction:-

O presente artigo científico aborda os desafios da carreira do policial militar, bem como o crescente número de casos de suicídios entre membros das corporações militares em todo o país.

Justifica-se a escolha deste tema, que, além de ser pertinente à atual situação vivenciada pelos policiais militares no exercício de suas funções diárias, possui caráter social. Isso porque a pressão sofrida pelos profissionais da segurança pública é imensa. Tal contexto revela que o tema é relevante tanto no meio acadêmico quanto para a sociedade em geral, que depende da capacidade física e mental desses profissionais para atender à população da melhor maneira possível.

Assim, o tema proposto surge da inquietação gerada pelo seguinte questionamento: quais são os desafios enfrentados pelos policiais militares, além do crescente aumento no número de suicídios nas corporações?

Corresponding Author:- Rafael Augusto da Silva

Address:- Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, Policial Militar do Estado do Paraná (PMPR).

Para alcançar respostas relacionadas ao tema, foi definido como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos policiais militares no desempenho de suas funções e como esses desafios podem contribuir para a elevada taxa de suicídios entre esses profissionais da segurança pública.

Os objetivos específicos estabelecidos foram: verificar a natureza das operações da polícia militar; abordar o suicídio e suas vertentes; e relacionar a pressão sofrida pelos profissionais às possíveis causas do aumento do número de suicídios entre os policiais militares na atualidade.

A metodologia adotada para este estudo será uma revisão bibliográfica, do tipo exploratória-descritiva, utilizando o método dedutivo. Através do levantamento de dados qualitativos, busca-se compreender a verdade sobre a questão. Para isso, foram realizadas coletas de dados junto à Seção de Assistência Social – SAS da Polícia Militar do Paraná, além de investigações em artigos científicos, livros, revistas e materiais disponíveis na web. A revisão bibliográfica realizada contribuiu para o aprofundamento no conhecimento das variáveis envolvidas no tema abordado.

O próximo capítulo discute os desafios enfrentados pelos policiais militares no exercício de suas funções e, posteriormente, são apresentadas as considerações finais sobre a temática e os dados verificados durante a pesquisa bibliográfica.

Desafios Inerentes À Profissão Do Policial Militar

Antes de abordar as atribuições e desafios da carreira do policial militar, é importante atentar-se ao conceito de suicídio e aos dados sobre esse fenômeno, tanto no âmbito nacional quanto internacional. De acordo com a afirmação da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014), o suicídio é um fenômeno social bastante complexo e é considerado um grave problema de saúde pública em todo o mundo.

O suicídio é definido como qualquer caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato realizado pela própria vítima, sendo ela ciente de que tal ato poderia causar esse resultado. A tentativa de suicídio é definida como o ato interrompido antes que resulte na morte (DURKHEIM, 2004, p. 14).

Embora as maiores taxas de suicídio estejam concentradas em países da Ásia e da Europa, o Brasil apresenta uma das maiores taxas absolutas no mundo. Esses números são elevados globalmente, mas no Brasil, dentro das corporações de policiais militares, é notável que, mesmo em uma profissão que exige controle mental e saúde psicológica adequados, o número de suicídios é alarmante. Isso ocorre considerando a necessidade de estar constantemente de prontidão, inclusive durante o horário de folga, para atender à população sempre que necessário.

Nos últimos anos, o Estado do Paraná tem sido afetado por um grande número de suicídios entre os integrantes da Polícia Militar. De acordo com dados da Seção de Assistência Social - SAS (2022), apresentados na tabela (1), entre 2016 e 2022 ocorreram um total de 49 suicídios, sendo a grande maioria dos casos envolvendo policiais ativos.

Tabela 1:- Total de casos de suicídio nos anos entre 2016 até abril de 2022.

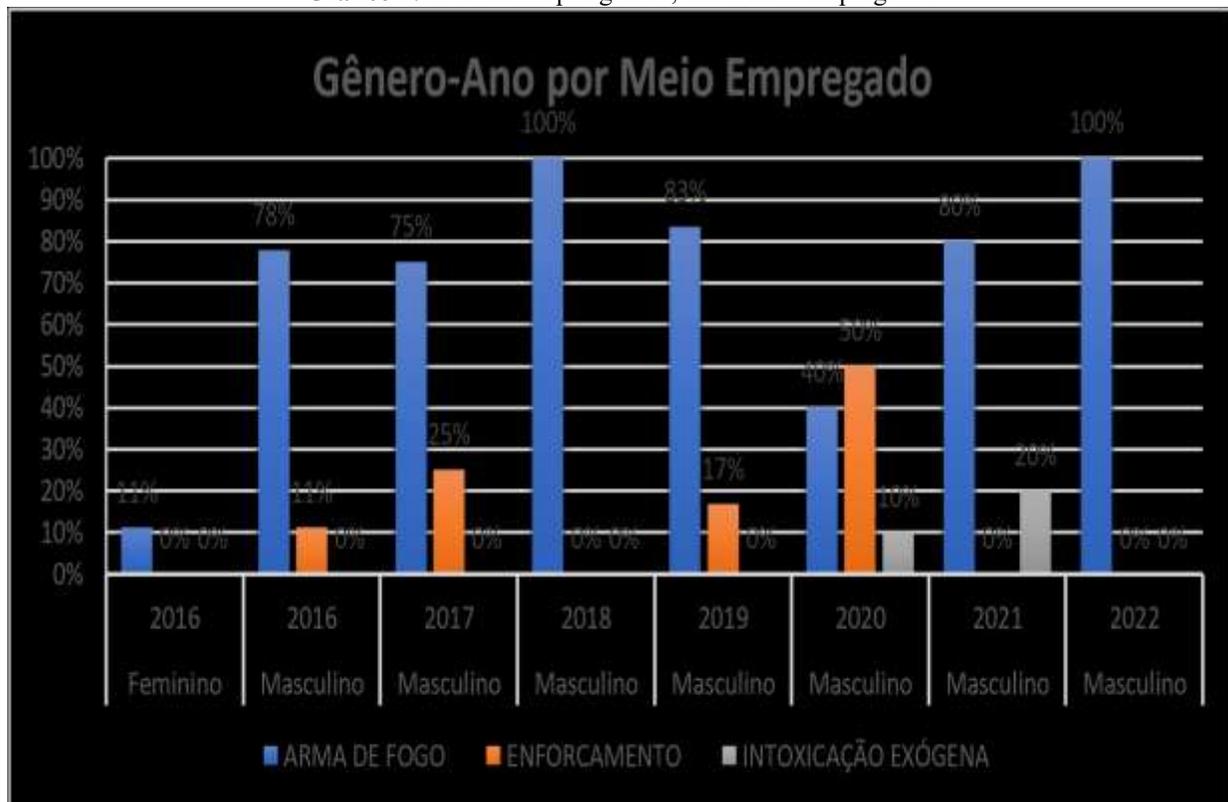
ANO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
NÚMERO DE SUICÍDIOS	9	8	8	6	10	5	3	49
ARMA DE FOGO	8	6	8	5	4	4	3	38
ENFORCAMENTO	1	2	0	1	5	0	0	9
INTOXICAÇÃO EXÓGENA	0	0	0	0	1	1	0	2
ATIVO	7	6	4	3	9	5	2	36
RESERVA REMUNERADA	2	2	4	3	1	0	0	12
LTIP - PRF - ATIVO	0	0	0	0	0	0	1	1
MASCULINO	8	8	8	6	10	5	3	48
FEMININO	1	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: SAS 2022

No ano de 2016, ocorreram casos de suicídios entre policiais militares femininas, com um índice de apenas 11%. Esse dado demonstra que os homens têm sido mais afetados pela rotina das atividades da Polícia Militar do que as mulheres, especialmente considerando que a corporação é composta predominantemente por homens.

Outro dado relevante é que, no ano de 2018, 100% dos suicídios cometidos por policiais militares do Estado do Paraná envolveram o uso de arma de fogo. Nos demais anos, a taxa de casos em que a morte foi causada por arma de fogo permaneceu acima de 80% entre os militares. Em contraste, apenas nos anos de 2020 e 2021 ocorreram suicídios envolvendo intoxicação exógena, conforme ilustrado no gráfico 1.

Gráfico 1:- Porcentual por gênero, ano e meio empregado.



Fonte: SAS 2022

Para um melhor entendimento sobre o tema proposto, é necessário, inicialmente, observar a questão conceitual e legal, partindo do princípio constitucional das atividades policiais no Brasil. Nesse sentido, destaca-se a afirmativa presente na Constituição Federal de 1988, no artigo 144, que estabelece que:

[...] a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida através dos seguintes órgãos: 1) Polícia Federal; 2) Polícia Rodoviária Federal; 3) Polícia Ferroviária Federal; 4) Polícias Cíveis; 5) Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. (BRASIL, 1988, art. 144)

Em outras palavras, o texto constitucional demonstra que os profissionais mencionados possuem o chamado "poder de polícia". Os policiais militares, de forma específica, exercem o poder de polícia ostensiva, cuja função é zelar pela ordem pública e segurança dos cidadãos. Quando o público-alvo é especificado como policiais militares, entende-se a grande responsabilidade da profissão, que, de acordo com Gasparetto (2020), pode ser conceituada da seguinte forma:

Polícia- Instituição que se divide em diferentes tipos e funções. As polícias são, no Brasil, órgãos do Estado que têm a finalidade constitucional de preservar a ordem pública, de proteger pessoas e o patrimônio, e realizar a investigação. No caso da Polícia Militar, sua função está direcionada a presença de forma ostensiva, com ação direta na repressão dos crimes, além do controle da violência. (GASPARETTO, 2020, p. 1)

Ao observar tal afirmativa, verifica-se a grande relevância da profissão para a sociedade e a necessidade urgente de que o policial militar tenha uma saúde de qualidade, tanto mental quanto física.

Nesse sentido, observa-se que todo cidadão tem direito, inclusive com base na própria Constituição, conforme o artigo 5º (BRASIL, 1988), a moradia, saúde, lazer, segurança, entre outros, que, juntos, formam o que pode ser considerado como dignidade.

A dignidade da pessoa humana, ou seja, aquela que é inerente a qualquer pessoa a partir do momento em que passa a ser gerada no ventre, pois é considerada um ser vivo, também alcança os policiais militares. Todavia, muitos desses profissionais, muitas vezes, tendem a negligenciar suas próprias necessidades, minimizando situações que poderiam lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, a dignidade mencionada anteriormente.

Dessa forma, uma das questões mais observadas na vida dos militares, como um ponto negativo que favorece o desenvolvimento de estresse, cansaço e fadiga excessivos, é a jornada de trabalho longa e as rotinas de escalas, que impedem o policial militar de ter uma rotina pessoal, sempre à mercê do que o comando lhe impõe, funcionando sob a máxima “ordem dada, ordem cumprida”.

A necessidade de cumprir as ordens sem questionamento, bem como a obrigação de permanecer além de sua jornada de trabalho, quando necessário, impõem aos policiais uma sensação de indignidade, pois eles devem aceitar tudo sem o direito de questionar, muito menos de buscar justiça.

De acordo com a afirmativa de Putti (2021), o relatório anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em outubro de 2020, indicou que, em 2019, 65 policiais militares e 26 civis cometeram suicídio. Nesse mesmo ano, o número de PMs mortos em serviço foi de 56, e o de policiais civis foi de 16, totalizando 101 servidores mortos.

No mesmo sentido, observa-se um estudo mais específico voltado à polícia militar, em que Kowalski (2019) mostra que o Paraná conseguiu, no último ano, registrar uma importante redução no número de policiais civis e militares mortos em confrontos (tanto em serviço quanto fora dele). No ano anterior, foram cinco mortes, o que representa uma redução de 44,4% em comparação com 2017, quando nove policiais foram mortos. A boa notícia, no entanto, termina aí. Embora os policiais estejam morrendo menos em confrontos, o suicídio tem aumentado, ao ponto de ser mais comum um policial se suicidar do que ser morto nas ruas.

Os dados compilados no 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que, em 2018, 11 policiais tiraram a própria vida no Estado, o que representa um aumento de 37,5% em comparação com 2017, quando foram registrados oito suicídios. O estudo também indica que as taxas de suicídio por grupo de mil policiais ativos são bem maiores no Estado do que no restante do país, enquanto a situação se inverte no caso das mortes em confronto. No Paraná, a taxa de suicídio é de 0,4 e a de mortes em confronto é de 0,2. Já no Brasil, a taxa de suicídio é de 0,2 e a de mortes em confronto é de 0,6.

Nesse contexto, compreende-se que o suicídio é um tema complexo que exige mais atenção por parte das políticas públicas. De forma geral, a sociedade ainda o encara como um assunto envolto em mitos, considerando-o um tabu, ou seja, algo a ser escondido e evitado.

Dessa forma, a partir de 2006, o Ministério da Saúde publicou as Diretrizes Nacionais de Prevenção do Suicídio (Portaria 1876/2006), compilando estratégias para a prevenção do problema em nível nacional e envolvendo as entidades de saúde. Entre as ações relacionadas, destacam-se: o desenvolvimento de estratégias para promoção de qualidade de vida, educação, proteção e recuperação da saúde; a organização de linhas de cuidados integrais (promoção, prevenção, tratamento e recuperação) em todos os níveis de atenção; a identificação dos determinantes e condicionantes do suicídio e suas tentativas; e o desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização da

sociedade para que compreendam que o suicídio é um problema de saúde pública que pode ser prevenido (BRASIL, 2006).

A referida ação legal buscou compreender os desafios inerentes às operações realizadas pelos policiais militares e possibilitar que esses profissionais tivessem atendimento na área de saúde mental, como terapias psicológicas, além de acompanhamento com psiquiatras e neurologistas, quando fosse necessário um tratamento mais severo com uso de medicamentos para redução de estresse, ansiedade e casos de depressão. A política constitucional de prevenção deve ser prioridade na corporação, reconhecendo os fatores de risco e implementando programas com avaliações psicológicas rotineiras, palestras e encaminhamentos quando necessários.

Da mesma forma, as ações também devem contemplar os familiares dos policiais, de modo que eles possam ser atendidos e assistidos pelos programas de prevenção.

Diversos fatores podem ser levados em consideração quando os problemas afligem os policiais. Silva e Bueno (2017) citam agravantes, como os estresses internos nos locais de trabalho, questões pessoais, problemas financeiros, abuso de álcool e o fácil acesso à arma de fogo.

Estar à beira de cometer erros, enfrentar confrontos de valores morais, lidar com julgamentos e rejeição de familiares e amigos, a frustração constante e o estresse também são fatores fortemente associados ao suicídio policial.

Os números são alarmantes. A população deve valorizar os policiais, e as políticas públicas devem agir em prol da corporação, garantindo não apenas a dignidade no trabalho, mas também o direito à qualidade de vida, tanto para os policiais quanto para suas famílias, tendo em vista a rotina estressante e as dificuldades pelas quais são impactados todos os dias.

Discussão:-

Após a verificação e análise dos dados apresentados por meio da revisão bibliográfica, pode-se observar diversos fatores inerentes à atividade do policial militar na atualidade. Na grande maioria dos casos, os policiais que mais sofrem com a pressão imposta pela carreira e pelas suas atividades de grande valor social, mas que envolvem um perigo constante e a necessidade de estar sempre vigilante, mesmo quando não estão em horário de serviço, tornam a profissão do policial militar uma das mais perigosas e estressantes existentes.

Sendo assim, justifica-se o grande número de casos de policiais militares que sofrem de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, que potencializam ainda mais a probabilidade de pensamentos suicidas.

Dessa forma, a pesquisa e revisão bibliográfica apresentada têm um caráter tanto social quanto acadêmico, pois visa incentivar que outros pesquisadores e autores realizem novas investigações, produções e artigos sobre o tema, tornando-o mais acessível aos policiais, à comunidade e aos leitores em geral.

Conclusão:-

Conclui-se o presente estudo com a convicção de que o tema é vasto e pode ser explanado e aprofundado em diversas vertentes. No entanto, de forma fundamental, buscou-se chamar a atenção para a necessidade de valorização dos policiais militares, que enfrentam grandes dificuldades na atualidade, além das duras críticas que sofrem devido à corrupção, que, assim como em qualquer setor da sociedade, existe, mas não deve manchar a honrada missão dos policiais militares de proteger e zelar pela segurança da sociedade.

Referências:-

1. BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. **Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios**; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Vigência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 abr. 2019. Seção 1.
2. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 15/06/2022.

3. BRASIL. **Ministério da Saúde. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio.** Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html. Acesso em: 15/05/2022.
4. BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. **Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;** e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Vigência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 abr. 2019. Seção 1.
5. DURKHEIM, É. **O suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
6. GASPARETTO, Gilberto. **Polícia: Instituição que se divide em diferentes Tipos e Funções.** Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/policiainstituicao-se-divide-em-diferentes-tipos-e-funcoes.htm>. Acesso 20/05/2022.
7. KOWALSKI, Rodolfo Luís. **Suicídio mata mais policiais que confrontos.** Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/no-parana-suicidio-ja-mata-mais-policiaisdo-que-confrontos#.Yq48AajMLIV2019>. Acesso 20/05/2022.
8. PUTTI, Alexandre. **Suicídio de policiais é um problema grave no Brasil aponta estudo.** 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/suicidio-depoliciais-e-um-problema-grave-no-brasil-aponta-estudo/>. Acesso 20/05/2022.
9. RODRIGUES, Caroline Bail. **Suicídio Policial: compreender para prevenir.** Curitiba:
10. CRV, 2020. 166p. ISBN Físico 978-65-5868-543-2
11. SAS. **Serviço de Assistência à Saúde do Estado do Paraná.** 2022. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/SAS>. Acesso 18/06/2022.